



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

**Termo de Referência 67/2024**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1 Contratação de futura empresa de engenharia para, sob demanda, realizar obra, reforma, recuperação, ampliação, demolição, adaptação e manutenção predial (pequenas reformas) e , com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços com insumos diversos descritos pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominado SINAPI, além de outras bases regionais e setoriais, como SEDOP, ORSE, CPOS, SETOP, SBC, IOPES, FDE e CPOS/CDHU, caso algum serviço ou material não esteja contemplado na Tabela SINAPI, considerando a base de outubro/2024, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus Apêndices.
- 1.2 Os serviços serão prestados nas edificações bem como nas área de estacionamento e entorno do complexo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, na condição de órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, conforme especificações e quantidades discriminadas a seguir:

Item	Especificação	UASG-Município UF/Entrega	Unidade	Quantidade de serviços SUDAM A	Valor Unitário com BDI DE 25 % B	Valor Total arredondado C=AXB	Valor Unitário o com DESCONTO DE 16,5% D= B- ( B-.16,5%)	Valor de Referência da Licitação arredondado E=AXD
1	Realização, sob demanda, de obra, reforma, recuperação, ampliação, demolição, adaptação e manutenção (pequenas obras) com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilha de serviços com insumos diversos descritos pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da	533013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMEN TO DA AMAZONIA	serviço	25.119.015	R\$ 1,25	R\$ 31.398.768,00	1,04375	26.217.972,00



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

	Construção Civil, doravante denominado SINAPI.							
--	--	--	--	--	--	--	--	--

1.3 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4 Os prazos de vigência e execução da contratação será contado da emissão da ordem de serviço é obedecerá a tabela abaixo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Valor	Vigência	Prazo de execução
Até R\$ 350.000,00	7 meses	4 meses
maior 350.000,00 a R\$ 700.000,00	8 meses	5 meses
Maior que R\$ 700.000,00 a R\$ 1.200.000,00	13 meses	10 meses
Maior que R\$ 1.200.001,00 a R\$ 2.000.000,00	15 meses	12 meses
Maior que R\$ 2.000.000,00 a R\$ 4.000,00	20 meses	16 meses
Maior que R\$ 4.000.000.000	26 meses	22 meses

1.5 O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 09203665000177-0-000001/2024

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

III) Id do item no PCA: 74 e 192

IV) Classe/Grupo: 542 e 833

V) Identificador da Futura Contratação: 533013-5/2024 e 533013-45/2024

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada e em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares apêndice deste Projeto Básico.

3.2 A solução visa a possibilitar obra, reforma, recuperação, adaptação e manutenção (pequenas reformas) dos diversos sistemas prediais das instalações da CONTRATANTE, garantindo todas as condições de conforto ambiental, higiene e segurança para a continuidade das atividades do órgão, buscando maior economicidade e o menor impacto ambiental possível.

3.3 A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares e neste Projeto Básico, abrange a contratação de futura empresa de engenharia para, sob demanda, realizar obra, reforma, recuperação, ampliação, demolição, adaptação e manutenção predial (pequenas reformas), com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços com insumos diversos descritos pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominado SINAPI.

3.4 A composição dos serviços foi realizada de forma NÃO DESONERADA. Para a escolha da planilha desonerada ou não desonerada, foi elaborado um comparativo entre e uma e outra, conforme consta no ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR. Constatou-se que, no caso específico, a planilha não desonerada se mostrou mais vantajosa para a Administração Pública.

3.5 Na hipótese de existir serviço ou material que não conste da Tabela SINAPI, poderão ser utilizados outros bancos de dados (SICRO, SEDOP, ORSE, COMPENSA, SIURB e outras), desde



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

que se trate de tabela oficial, e que não haja desvirtuamento do objeto contratado, conforme prevê o art. 8º do Decreto nº 7.893/2013. Caso o item não seja encontrado em nenhum dos bancos de dados oficiais alternativos, deverá ser realizada pesquisa de mercado.

- 3.6 Os preços extraídos dos bancos de dados oficiais deverão ser regionalizados, ou seja, deverão ser compatibilizados com os valores aplicados a cada unidade da federação contratante, seguindo-se, para tanto, a mesma sistemática de regionalização da Tabela SINAPI, que estabelece valores específicos para cada região do Brasil. Na ausência de parâmetros para a regionalização dos preços, poderá ser utilizado o CUB como método de regionalização, ante a obrigatoriedade de que os CUB'S regionais sejam atualizados mensalmente, conforme dispõe a Lei nº 4.591/1964.
- 3.7 Por se tratar de obras e serviços comuns de engenharia com fornecimento de material, é vedada a aquisição de material ou equipamento de forma isolada, como também mão de obra de forma isolada;
- 3.8 Para fins de pagamento, os materiais a serem utilizados devem ser aqueles com qualidade compatível com o previsto na Tabela SINAPI, não podendo realizar pagamento em valor superior à qualidade fornecida, ou inferior à qualidade fornecida;
- 3.9 O objetivo de contratar empresa capacitada para executar serviços de engenharia é proporcionar intervenções nos imóveis existentes de modo a manter o pleno funcionamento das atividades.
- 3.10 Desta forma, para atender às diversas demandas atuais e potenciais, justifica-se a contratação dos serviços de engenharia com base em referenciais de custos amplamente conhecidos e utilizados pela Administração Pública, como a Tabela SINAPI, além de outras bases regionais e setoriais, como SEDOP, ORSE, COMPENSA e SIURB, caso algum serviço ou material não esteja contemplado na Tabela SINAPI. Os itens necessários para a execução do objeto contratado foram extraídos exclusivamente desses referenciais, conforme detalhado na Planilha Orçamentária Exemplificativa de Necessidades (Apêndice III).
- 3.11 Deste modo, a especificação descrita está bem simples e objetiva, cabendo à contratada, sempre que solicitada pela CONTRATANTE, elaborar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, orçamento que deverá ser analisado pela CONTRATANTE para, após aprovação, ser emitida a OS - ordem de serviço. Em caso de discordância da contratada com as alterações indicadas pela CONTRATANTE, seja em relação a serviços, prazo de execução, quantidade e valor, a contratada terá o prazo de 07 (sete) dias úteis para avaliar, apontar, concordar ou não com as alterações. Caso se mantenha o impasse na aprovação do orçamento, o impasse será dirimido por meio de um comitê de resolução de disputas, composto de forma isonômica, técnica e transparente, nos termos do artigo 151 e 154, da Lei nº 14.133/2021;
- 3.12 As ordens de Serviços deverão conter: a) memorial descritivo dos serviços; b)



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

memorial de cálculos; c) fotos; d) planilha de orçamentos, com custos baseados na Tabela SINAPI, ou em outra fonte quando for o caso; e) cronograma físico- financeiro; f) prazo de execução.

3.13 As ordens de serviços poderão ser objeto de acréscimo ou redução, de acordo com a necessidade real apresentada durante a execução dos serviços, ou seja, nessa hipótese, deverão ser objeto de ordens de serviços complementares, tendo em vista que, em se tratando de reforma e manutenção predial (pequenas reformas), no decorrer da execução é possível aparecerem novas necessidades que não foram previstas no momento da emissão da ordem de serviços;

3.14 O quantitativo do serviço a ser contratado dependerá das inúmeras demandas que a CONTRATANTE possui ou venha a possuir. Existe ampla diversidade de serviços que podem ser demandados, tais como:

- 3.14.1 Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção nos sistemas hidrossanitários;
- 3.14.2 Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção, drenagem e rede pluvial;
- 3.14.3 Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção nas instalações elétricas, envolvendo sistema de tomadas, iluminação, quadros e equipamentos elétricos, SPDA e aterramentos;
- 3.14.4 Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção no sistema de telecomunicações, envolvendo telefone, rede lógica, automação e segurança;
- 3.14.5 Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção no sistema de prevenção e combate a incêndio;
- 3.14.6 Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção no sistema de ar-condicionado e ventilação mecânica;



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

- 3.14.7 Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção no sistema alvenarias, peças pré-moldadas e divisórias;
- 3.14.8 Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção no sistema de pavimentação de concreto e asfáltica;
- 3.14.9 Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção de esquadrias e ferragens;
- 3.14.10 Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção de impermeabilizações;
- 3.14.11 Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção nos revestimentos de paredes e fachadas, tais como: pinturas, revestimento cerâmico, pedra natural e decorativo;
- 3.14.12 Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção nos revestimentos de pisos, tais como: sub-base, base, acabamento e acessórios;
- 3.14.13 Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção em loucas, metais e acessórios sanitários;
- 3.14.14 Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção em estrutura de madeira, concreto e metálica;
- 3.14.15 Execução de volumes de terra, tais como: rampa de acesso, aterro, calçadas e pátio;
- 3.14.16 Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção de forros;
- 3.14.17 Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção cobertura;
- 3.14.18 Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção dos elementos e do espaço para garantir a acessibilidade, sendo uma exigência legal e social;
- 3.14.19 Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção de segurança e cercamento;
- 3.14.20 Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção das instalações físicas, mantendo-as em plena capacidade de uso, bem como sanar defeitos impossíveis de serem previstos ou evitados;
- 3.14.21 Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção necessária aos ambientes ocupados por servidores, de



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

formaa atender as necessidades de espaço físico, entre outras;

3.14.22 Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção para adequação em prédios

3.15 A meta a ser alcançada é a maior economia e rapidez na execução das obras, reformas, manutenções e adequações demandadas, com vistas a garantir o perfeito e contínuo funcionamento dos imóveis.

3.16 Benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação:

3.16.1 Pleno funcionamento das instalações e sistemas;

3.16.2 Adequado dimensionamento das instalações e sistemas;

3.16.3 Complementação da possibilidade de atividades de reparo a serem realizadas pela Administração, através da coordenação dos trabalhos;

3.16.4 Continuidade dos serviços, através da constante manutenção das instalações e serviços;

3.16.5 Eficiência no atendimento das demandas de reparo solicitadas à Administração, dentre outros

3.17 Outros serviços que não os transcritos acima, desde que sejam para o estrito cumprimento do objeto do presente contrato, sem que haja o mínimo desvirtuamento do mesmo, poderão ser executados;

3.18 No intuito de permitir o uso integral dos itens da concorrência, adotar-se-á a unidade de manutenção como referência. Ela servirá de base para gerar os empenhos e possibilitará que sejam elaboradas Notas de Empenho de acordo com os créditos disponíveis. Assim, considerar-se-á como unidade de manutenção o valor de R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos), refletido pelo valor unitário de R\$ 1,00 (um real) acrescido do BDI estimado de 25% (Apêndice IV);

3.19 O valor de R\$ 1,00 (um real) corresponderá aos preços estabelecidos pela Tabela SINAPI, e será acrescido do BDI estimado de 25%, o que resulta no valor unitário estimado, com BDI, equivalente a R\$ 1,25;

3.20 Para fins de expedição das Ordens de Serviços será realizada, por meio de planilha orçamentária, descrição dos itens e quantitativos necessários para a execução de cada demanda, esses extraídos da tabela SINAPI, além de outras bases regionais e setoriais, como SEDOP, ORSE, CPOS, SETOP, SBC, IOPES, FDE e CPOS/CDHU, caso algum serviço ou material não esteja contemplado na Tabela SINAPI, considerando a base de outubro/2024. Sobre o valor da planilha será aplicado o BDI proposto e o desconto ofertado na licitação.

3.21 A licitação será realizada através do sistema de registro de preços, tendo em vista o



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

enquadramento da presente requisição ao art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, em virtude da necessidade de contratações frequentes, de serviços por unidade de medida, de atendimento a mais de um órgão e da impossibilidade de definir-se, previamente, com precisão absoluta, o quantitativo a ser demandado pela Administração devido à natureza do objeto.

#### **4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **Sustentabilidade**

- 4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
  - 4.1.1 Todo material a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa (SLTI/MPOG) nº 01, de 2010, exceto aqueles em relação aos quais não se aplica referida norma.
  - 4.1.2 A CONTRATADA deverá adotar, no que couber, as disposições da Instrução Normativa (SLTI/MPOG) nº 01, 2010; da Resolução (Conama) nº 362, de 2005; da Resolução (Conama) nº 416, de 2009; bem como da Resolução (Conama) nº 340, de 2003, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos.
  - 4.1.3 A CONTRATADA deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos.
  - 4.1.4 Providenciar o recolhimento e destinação ambiental adequada de seus resíduos e embalagens, de acordo com o sistema de logística reversa nos termos da Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
  - 4.1.5 Não utilizar produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso de qualquer das substâncias que destruam a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo protocolo de Montreal, conforme Decreto Federal nº 2.783, de 17 de setembro de 1998, Resolução Conama nº 267, de 14 de setembro de 2000 e Resolução Conama nº 340 de 25 de setembro de 2003.
  - 4.1.6 Fazer uso racional de água e energia elétrica, adotando medidas para evitar o desperdício e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a





MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

redução do consumo.

- 4.1.7 Realizar programa interno de treinamento dos empregados para redução do consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos.
- 4.1.8 No caso de uso de madeira, utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do Artigo 11º do Decreto nº 5.975, de 30 de novembro de 2006, de:
  - 1.1.1.1. Manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo Órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
  - 1.1.1.2. Supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo Órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
  - 1.1.1.3. Florestas plantadas; e
  - 1.1.1.4. Outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do Órgão ambiental competente.
- 4.2 Quando solicitado, comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do Artigo 4º, Inciso IX, da Instrução Normativa (SLTI/MPOG) nº 01, de 2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
  - 4.2.1 Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 4.3 Quando solicitado, apresentar cópias dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos e subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CFT, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme Artigo 17º, Inciso II, da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e Instrução Normativa (IBAMA) nº 31, de 2009 e legislação correlata; e
- 4.4 Quando solicitado, apresentar Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 2006, do Ministério do Meio Ambiente e Instrução Normativa (IBAMA) nº 112, de 2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa, cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

- 4.5 Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá, quando solicitado, apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual;
- 4.6 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção, quando for o caso, estabelecidos na Resolução nº 307, de 2002, com as alterações da Resolução nº 448, de 2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - Conama, conforme Artigo 4º, §§ 2º e 3º da Instrução Normativa (SLTI/MPOG) nº 01, de 2010, nos seguintes termos:
- 4.6.1 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil apresentado ao Órgão competente, conforme o caso;
- 4.7 Nos termos dos Artigos 3º e 10º da Resolução (Conama) nº 307, de 2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, podendo, inclusive, ser objeto de serviço constante na devida Ordem de Serviço a ser expedida;
- 4.8 Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- 4.9 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a empresa contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas ABNT NBR nº 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004 da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.
- 4.10 Para fins de cumprimento de todos os requisitos de sustentabilidade, esses serão, quando necessários, objeto de composição na Ordem de Serviço.

#### **Subcontratação**

- 4.11 Não é admitida a subcontratação total do objeto contratual.
- 4.12 É permitida a subcontratação parcial – limite de até 30% do valor do contrato.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

### **Garantia da Contratação**

- 4.13 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de até 5% e condições descritas nas cláusulas do contrato.
- 4.14 Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.15 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 4.16 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

### **Vistoria**

- 4.17 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8:00 horas às 17:00 horas.
- 4.18 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.19 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização dada vistoria.
- 4.20 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.21 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

- 5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

- 5.1.1 Início da execução do objeto: 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato;
- 5.1.2 A contratada deverá executar os serviços em consonância com as normas técnicas da ABNT vigentes, demais legislações pertinentes e com os manuais técnicos dos materiais a serem empregados, bem como deverá conhecer os procedimentos estabelecidos pelas concessionárias de serviços públicos locais.
- 5.1.3 A contratada realizará gestão da mão de obra e materiais necessária para a realização dos serviços objeto deste certame, bem como arcará com os encargos sociais, com a disponibilização de EPI's ou quaisquer outros fatores relacionados à mão de obra aplicada.
- 5.1.4 Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente habilitados e de comprovada experiência, cabendo à contratada, quando solicitada, comprovar a idoneidade técnica de seus funcionários.
- 5.1.5 A contratada deverá, quando solicitada, apresentar à fiscalização do serviço listagem contendo os nomes e número de documento de identificação dos profissionais que irão executar cada serviço.
- 5.2 A execução dos serviços ocorrerá por demanda da contratante. A demanda será autorizada pela autoridade competente, que encaminhará solicitação para a fiscalização entrar em contato com a contratada.
- 5.3 Após o contato da fiscalização, a contratada deverá proceder visita técnica ao local, preferencialmente acompanhada pela fiscalização ou servidor designado.
- 5.4 A cada serviço, a CONTRATANTE solicitará à contratada um orçamento prévio, acompanhado de cronograma de execução, que deverá ser preparado de forma detalhada, abrangendo as especificações dos serviços e materiais necessários, inclusive mão de obra, bem como o prazo de execução previsto. O orçamento deverá ser elaborado com base na Tabela SINAPI vigente na data da expedição da ordem de serviço, aplicando o desconto sobre o valor unitário estimado, sem BDI, e, em seguida, acrescentar o BDI homologado.
- 5.5 Os prazos de execução de cada contrato são aqueles descritos na tabela constante do item 1.4 deste documento.

**Local e horário da prestação dos serviços**

- 5.6 Os serviços serão realizados no complexo predial da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), situado na Tv. Antônio Baena, nº 1113,



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Marco, Belém - PA.

- 5.7 Os serviços serão prestados de segunda a sexta-feira, em horário comercial e em conformidade com o que estabelece a Convenção Coletiva aplicável;
- 5.8 Os serviços poderão ser executados em dias e horários diferentes aos descritos no item 5.7, oportunidade em que incidirão horas extras em conformidade com o que estabelece a Convenção Coletiva aplicável;
- 5.9 Dependendo das condições do ambiente ou do tipo de serviço, poderá incidir acréscimos a título de insalubridade e periculosidade em conformidade com o que estabelece a Convenção Coletiva aplicável;

**Materiais a serem disponibilizados**

- 5.10 Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
  - 5.10.1 Os serviços e materiais deverão obedecer aos índices de consumo e coeficientes de produtividade previstos na Tabela SINAPI;
  - 5.10.2 A qualidade dos materiais deverá ser compatível com o previsto na Tabela SINAPI, sendo vedado o fornecimento de material de qualidade inferior mediante pagamento de valor superior, bem como o fornecimento de material com qualidade superior mediante pagamento de valor inferior;

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

- 5.11 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
  - 5.11.1 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre empregados da contratada e a administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;
  - 5.11.2 A contratação consiste em obra, reforma, recuperação, ampliação, demolição, adaptação e manutenção predial (pequenas reformas), com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, abrangendo, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos da SINAPI, e objetiva atender às necessidades do órgão.
  - 5.11.3 O orçamento estimado/exemplificativo constante no Apêndice III deste Projeto Básico possui caráter meramente exemplificativo, e se destina



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

à demonstração dos tipos de serviços que serão executados com maior frequência, além de servir como referência para a análise de prática de sobrepreço e de inexequibilidade;

- 5.12 As especificações dos itens da composição da tabela SINAPI apresentam características padronizadas, com padrões de desempenho e qualidade definidos pela CAIXA no âmbito nacional, com especificações usuais no mercado e que não comportam variações de execução relevantes.
- 5.13 O objeto a ser contratado não apresenta alta complexidade técnica ou alta especialização, não sendo exigido das licitantes metodologias de execução diferentes das apresentadas nas composições da tabela SINAPI, estas usuais do mercado;
- 5.14 As obras e serviços comuns de engenharia previstas são padronizadas e apresentam complexidade técnica e metodologia de execução conhecida no mercado cujo ramo de atividade econômica seja serviços de engenharia;
- 5.15 Os serviços de que trata o objeto desta licitação podem ser verificados nas Planilhas de serviços descritos pelo Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, além de outras bases regionais e setoriais, como SEDOP, ORSE, CPOS, SETOP, SBC, IOPES, FDE e CPOS/CDHU, caso algum serviço ou material não esteja contemplado na Tabela SINAPI, considerando a base de outubro/2024.
- 5.16 A execução dos serviços será realizada caso a caso, na forma e condições fixadas no presente instrumento, conforme especificações e quantitativos aplicados a preços unitários, não gerando para a empresa vencedora o direito ao empenho a seu favor do valor total licitado, mesmo porque, tratando-se de contrato por demanda, o empenho é meramente estimativo, podendo, dentro do próprio contrato, ser reforçado ou suprimido, de acordo com a execução do contrato.
- 5.17 Surgida a demanda, a CONTRATANTE comunicará a CONTRATADA para realizar vistoria e, no prazo de 10 (dez) dias úteis, encaminhar planilha orçamentária contendo a descrição dos serviços, com especificações, quantitativos e preços unitários constantes da tabela de preços unitários para serviços do Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, além de outras bases regionais e setoriais, como SEDOP, ORSE, CPOS, SETOP, SBC, IOPES, FDE e CPOS/CDHU, caso algum serviço ou material não esteja contemplado na Tabela SINAPI, considerando a base de outubro/2024, observado o disposto no item 3.20 deste instrumento.
- 5.17.1 O prazo para encaminhar a planilha orçamentária poderá ser prorrogado, a depender do local do levantamento dos serviços ou de outro fato superveniente devidamente justificado para a fiscalização.
- 5.18 Para cada demanda deverá ser elaborado pela Contratada, para fins de avaliação



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

dos custos dos serviços, os seguintes documentos:

- a) Memorial descritivo dos serviços e memória de cálculo dos quantitativos;*
- b) Fotos;*
- c) Planilha de orçamento com fontes de custos baseada no SINAPI;*
- d) Planilha com as composições de serviços não localizados no SINAPI, desde que não desvirtue o objeto do contrato, que deverá apresentar a fonte da composição base utilizada, bem como dos insumos utilizados. Assim deverão ser utilizados primeiramente os insumos da Tabela SINAPI e caso os insumos não estejam contemplados no SINAPI deverão utilizar os insumos de outras tabelas ou ainda pesquisa de mercado respeitando a ordem de utilização;*
- e) Cronograma físico e cronograma físico-financeiro, quando couber;*
- f) Prazo de execução;*

- 5.19 O percentual de BDI deverá observar as disposições do Tribunal de Contas da União -TCU (Acórdão nº 2.622/2013-Plenário), e ser utilizado para a elaboração dos orçamentos durante a vigência do contrato.
- 5.20 Para cada demanda, e após aprovação nos moldes do item 3.11, a CONTRATANTE emitirá a devida Ordem de Serviço, com prazo estimado para a conclusão dos serviços. A contratada terá o prazo de 07 (sete) dias úteis para mobilizar equipe, adquirir materiais e iniciar a execução dos serviços;
- 5.21 O prazo de 07 (sete) dias úteis para iniciar a execução dos serviços poderá ser prorrogado, dependendo do lugar da execução ou de outro fato superveniente, desde que devidamente justificado junto à fiscalização;
- 5.22 Por se tratar de obra, reforma e manutenção predial, o prazo estipulado para a conclusão dos serviços poderá ser alterado, tanto por questões atinentes ao tipo de serviço, disponibilidade de materiais, como também por acréscimos ou alteração de serviços relativos às ordens de serviços, ou de outro fato superveniente, desde que devidamente justificado junto à fiscalização;
- 5.23 As ordens de serviços serão preferencialmente encaminhadas por meio digital (e-mail).
- 5.24 A contratada deverá fornecer a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e seu comprovante de recolhimento referente aos responsáveis técnicos que executaram e/ou supervisionaram o contrato.
- 5.25 Após o recebimento do contrato, a Contratada deverá apresentar a ART ou RRT num prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- 5.26 A CONTRATANTE não assumirá qualquer responsabilidade por acidentes que eventualmente ocorram nos locais dos serviços e nem atuará como mediadora em conflitos que deles resultem. A Contratada deverá observar as determinações das Leis





MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
Trabalhistas, Previdência Social e de Seguro de Acidentes do Trabalho.

- 5.27 Os preços dos serviços e materiais previstos no orçamento, a serem executados e utilizados, serão verificados pela CONTRATANTE por meio de consulta ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI). Caso algum serviço ou material não esteja contemplado na Tabela SINAPI, serão utilizadas outras bases regionais e setoriais, como SEDOP, ORSE, CPOS, SETOP, SBC, IOPES, FDE e CPOS/CDHU, considerando a base de outubro/2024. A aprovação dos preços estará condicionada à equivalência da qualidade dos insumos e serviços em relação aos parâmetros estabelecidos nesses bancos de preços. Todos os insumos e equipamentos necessários para a execução dos serviços serão fornecidos pela CONTRATADA.
- 5.28 Na ausência de composição do serviço na Tabela SINAPI ou em outras bases regionais e setoriais, como SEDOP, ORSE, CPOS, SETOP, SBC, IOPES, FDE e CPOS/CDHU, considerando a base de outubro/2024, poderão ser utilizadas composições de tabelas de outros períodos para obtenção dos coeficientes de produtividade e consumo. Sobre essas composições serão aplicados os valores atualizados dos insumos e da mão de obra constantes nesses bancos de preços, aplicando-se o desconto sobre o valor unitário estimado (sem BDI) e, posteriormente, acrescentando o BDI homologado.
- 5.29 Deverá ser confeccionada planilha descritiva das fontes dos dados das precificações, na qual deverá ser informada, por item e código de cada composição.

#### **Especificação da garantia do serviço**

- 5.30 O prazo de garantia será de acordo com a legislação vigente.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

- 5.31 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### **6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de





MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização**

6.8 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

6.9 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.11 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.12 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.13 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

- 6.14 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### **Fiscalização Administrativa**

- 6.15 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.16 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

#### **Gestor do Contrato**

- 6.17 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.18 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.19 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.20 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.21 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

- 6.22 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.23 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

- 7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).
- 7.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, e após o contraditório e ampla defesa, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.2.1 não produzir os resultados acordados,
  - 7.2.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - 7.2.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 7.4 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 7.4.1 Realização de medições de cada etapa executada no período máximo de 30 (trinta) dias.
  - 7.4.2 A inobservância ao prazo de medição indicado no item acima, que inviabilize a contratada de emitir a correspondente nota fiscal para recebimento da contraprestação devida pela etapa concluída terá o efeito de atraso de pagamento na forma do que estabelece o inc. IV do §2º do art. 137 da Lei nº 14.133/2021;
  - 7.4.3 Medição e pagamento da etapa executada no ato do recebimento provisório;



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

## **Do recebimento**

- 7.5 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 7.6 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 7.7 O contratado também apresentará, a cada medição, quando for o caso e exigido pela fiscalização no momento da expedição da ordem de serviços, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 7.8 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.9 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.10 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.11 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)
- 7.12 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.13 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.14 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.14.1 Caso não sejam realizados os atos de recebimento provisório por parte da contratante no prazo previsto no item 7.8., reputar-se-á recebido



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

tacitamente;

7.15 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que, comprovadamente, se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.15.1 Caso haja impasse entre contratante e contratada acerca de apontamento de vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, deverá ser instituído um comitê de resolução de disputas, composto de forma isonômica, técnica e transparente, nos termos do artigo 151 e 154, da Lei nº 14.133/2021, para dirimir a questão;

7.16 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.17 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível e desde que previsto na Ordem de Serviço, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.18 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18.1 Caso haja impasse na solução quanto à rejeição dos serviços entre contratante e contratada, deverá ser instituído um comitê de resolução de disputas, composto de forma isonômica, técnico e transparente, nos termos do artigo 151 e 154, da Lei 14.133/2021, para dirimir a questão;

7.19 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.20 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

- 7.20.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.20.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.20.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.20.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.20.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.21 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.21.1 Caso haja impasse entre contratante e contratada acerca de apontamento de vícios, defeitos ou incorreções resultado da execução ou materiais empregados, deverá ser instituído um comitê de resolução de disputas, composto de forma isonômico, técnico e transparente, nos termos do artigo 151 e 154, da Lei 14.133/2021, para dirimir a questão;
- 7.22 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.22.1 Caso não sejam realizados os atos de recebimento definitivo por parte da contratante no prazo previsto no item 7.20., reputar-se-á recebido tacitamente, contando, inclusive, para fins de garantia, o dia em que ocorreu o esgotamento do prazo para recebimento definitivo;
- 7.23 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

7.24 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até dez dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.25 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.27 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público,





MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

- 7.29 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.30 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.31 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.32 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

- 7.33 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.34 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados, inclusive, com a correção monetária entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *INCC* de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

- 7.35 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.36 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.37 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.37.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha,





MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

- 7.38 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**

- 7.39 Não será permitido o pagamento antecipado, parcial ou total do objeto contratado;

### **Cessão de crédito**

- 7.40 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 7.41 As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 7.42 A eficácia da cessão de crédito *não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020*, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.43 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 7.44 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e Anexos).



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

7.45 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO.

### **Regime de execução**

8.2 O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário;

### **Da proposta e dos Critérios de aceitabilidade de preços**

8.3 Uma vez sendo o regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor unitário mais relevante, acrescido do BDI, nos moldes do § 2º, do artigo 23 e artigo 59, da Lei 14.133/2021;

8.4 O percentual de desconto oferecido deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos para execução dos serviços, inclusive os previstos no artigo 63, da Lei 14.133/21;

8.5 No valor proposto apresentado pelo licitante, além dos custos diretos e indiretos, deverá também estar contemplado o valor do BDI, conforme § 2º, do artigo 23, da Lei 14.133/2021.

8.6 A proposta vencedora será aquela que apresentar o MAIOR DESCONTO sobre o valor unitário estimado, acrescido do BDI estimado (R\$ 1,25);

8.6.1. O percentual mínimo de desconto aceitável para a presente licitação será de 16,5% conforme pesquisa de mercado realizada pela SUDAM.

8.7 O licitante poderá propor desconto sobre o valor unitário estimado, bem como ofertar percentual de BDI diferente do estimado, desde que dentro dos limites definidos pelo TCU (item 5.18 deste Projeto Básico).

8.8 Na proposta, primeiro aplicará o desconto sobre o valor unitário estimado, sem BDI (R\$ 1,00), e, em seguida, acrescerá o percentual de BDI ofertado.

8.9 O percentual de desconto, para fins de julgamento, decorrerá da diferença percentual entre o valor unitário proposto, acrescido do BDI ofertado, e o valor unitário estimado, acrescido do BDI estimado (R\$ 1,25).



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

- 8.10 O licitante deverá apresentar junto com a proposta, sob pena de desclassificação, a planilha estimativa/exemplificativa (Apêndice III) com o desconto proposto, ou seja, aplicará de forma linear sobre os itens da planilha o mesmo percentual ofertado sobre o valor unitário sem BDI estimado (R\$ 1,00) e, em seguida, acrescentará o BDI ofertado;
- 8.11 No valor unitário proposto para fins de julgamento, já deverá estar incluso o BDI, portanto, a licitante deverá anexar junto com sua proposta de preços, sob pena de desclassificação, a Planilha analítica do BDI (Bonificação de Despesas Indiretas), conforme modelo constante no Apêndice IV.
- 8.12 As propostas ainda deverão observar o seguinte:
- a) Ser apresentadas com, no máximo, 02 (duas) casas após a vírgula, haja vista que o Sistema Monetário Nacional não contempla valores inferiores a um centavo;
  - b) As propostas que não atenderem ao disposto no subitem acima, apresentando mais do que 02 (duas) casas decimais, terão as casas excedentes desconsideradas;
  - c) Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, nos moldes do artigo 63, da Lei 14.133/21;
  - d) Conter os seguintes dados da empresa: CNPJ, razão social, endereço, telefone, correio eletrônico, nome do representante legal da empresa, número de telefone, fixo e/ou celular, banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento, nome do responsável para assinatura da ata, acompanhado de fotocópia autenticada do CPF e RG.
  - e) O prazo de validade das propostas será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura das propostas, independentemente de não consignarem prazo de validade ou de consignarem prazos inferiores a este, salvo se o licitante oferecer prazo superior, ocasião em que este prevalecerá.
- 8.13 Sendo o objeto regido por empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será relativo aos custos unitários relevante, conforme planilha estimativa/exemplificativa (apêndice III), sendo desclassificada a proposta que apresentarem preços excessivos (acima do preço unitário estimado) ou manifestamente inexequíveis;
- 8.14 Em atendimento ao artigo 63 da Lei nº 14.133/2021 e ao que dispõe o Acórdão nº 1.214/2013 – TCU – PLENÁRIO, será considerada inexequível a proposta que não for suficiente para cobrir a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas (horista), assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, ou seja, incompatíveis com os preços dos insumos, dos salários (horas) previstos na Convenção Coletiva, Encargos Sociais e Complementares e impostos, nos moldes do Acórdão nº 1.078/2012, do Tribunal de Contas da União;

- 8.15 Deverá ser aplicada a Convenção Coletiva de Trabalho Vigente no estado do Pará, tendo em vista ser a que corresponde ao local e o tipo de serviço a ser contratado;
- 8.16 O licitante, ao apresentar sua proposta, declara expressamente que concorda com a aplicação da Convenção Coletiva de Trabalho Vigente no estado do Pará, sendo que o seu desatendimento acarretará a sua desclassificação;
- 8.17 Deverá ser apresentada, pelo licitante, declaração, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.18 Para fins de verificação da exequibilidade da proposta, e nos moldes do art. 59, § 2º, da Lei nº. 14.133/2021 e da Instrução Normativa nº. 5/2017, Anexo VII – A, item 9.4, poderá ser exigido que o licitante apresente composição de custo unitário de item extraído do SINAPI ou de outras bases informadas, constante na Planilha Estimativa/Exemplificativa (Apêndice III). A composição deverá ser elaborada nos exatos moldes da Tabela SINAPI ou de outras bases informadas constante na Planilha, devendo conter necessariamente, e sob pena de desclassificação:
- 1) Composição de Serviços; 2) Composições Auxiliares dos Serviços formadores dos preços, com todos os itens que a compõe, sendo vedado alterar os índices de consumo e coeficientes de produtividades previstos na tabela SINAPI ou em outras bases informadas na Planilha Estimativa/Exemplificativa (Apêndice III), sob pena de desclassificação.
- 8.19 Para fins de análise de exequibilidade, o valor unitário a ser objeto da composição será o valor unitário proposto acrescido do BDI ofertado;
- 8.20 A planilha de composição de custos só será exigida em caso de necessidade de análise de exequibilidade;
- 8.21 Como a presente licitação tem como critério de seleção das propostas a oferta do maior desconto sobre a Tabela SINAPI ou de outras bases informadas na Planilha Estimativa/Exemplificativa (Apêndice III), toda a fiscalização, medição e pagamento serão realizados nos exatos moldes previstos pelo SINAPI ou de outras bases



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

informadas na planilha, motivo pelo qual, da composição de que trata o item 8.18, deverá constar, exatamente, sob pena de desclassificação, os índices de consumo e coeficientes de produtividade extraídos da Tabela SINAPI ou de outras bases informadas na planilha, encargos sociais na forma não desonerada e encargos complementares, horista, conforme Orientações Para Elaboração de Planilhas Orçamentárias De Obras Públicas / Tribunal de Contas da União, Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Norte. – Brasília : TCU, 2014:

O Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), por força de seguidas Leis de Diretrizes Orçamentárias, assim como do Decreto nº. 7.983/2013, é o sistema de referência de custos oficial para a orçamentação de obras com recursos federais. Assim, o SINAPI é utilizado por diversos órgãos e entidades da administração pública federal, bem como pelas demais esferas de governo que empregam recursos oriundos do OGU, para obter preços confiáveis para os orçamentos de obras públicas e serviços de engenharia, que futuramente balizarão os orçamentos de referência nas licitações e serão utilizados como critérios de aceitabilidade dos preços, quando apresentadas as propostas por licitantes.

É de competência da CEF a manutenção da base técnica de engenharia, bem como a especificação dos métodos de produção e dos coeficientes e insumos utilizados nas composições de custo unitário do SINAPI. Os projetos, a relação de serviços, as especificações e as composições de custos constituem a base técnica de engenharia do sistema.

- 8.22 O preço ofertado será o maior desconto sobre os itens da Tabela SINAPI NÃO DESONERADA, além de outras bases regionais e setoriais, como SEDOP, ORSE, CPOS, SETOP, SBC, IOPES, FDE e CPOS/CDHU, caso algum serviço ou material não esteja contemplado na Tabela SINAPI, considerando a base de outubro/2024. Por se tratar de serviços executados sob demanda e sem dedicação exclusiva de mão de obra, os encargos sociais serão os horistas, não podendo a licitante apresentar de forma diversa, sob pena de desclassificação.
- 8.23 O licitante, ao enviar sua proposta, concorda expressamente com a utilização das composições de custos, índices de produtividades, coeficientes, insumos (material e mão-de-obra), encargos sociais, no caso não desonerado e horista e encargos complementares previstos na Tabela SINAPI ou em outras bases informadas na Planilha Estimativa/Exemplificativa (Apêndice III) sob pena de desclassificação.
- 8.24 O licitante deverá enviar junto com sua proposta o seu respectivo BDI (art. 23, § 2º, da Lei 14.133/21), podendo, inclusive, aplicar desconto sobre este para auferir o



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

maior desconto possível, desde que fique dentro dos limites mínimos e máximos previsto no Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário, sob pena de desclassificação.

- 8.25 O licitante, ao enviar sua proposta, concorda expressamente que o BDI proposto esteja dentro dos limites mínimos e máximo estabelecidos pelo Acórdão TCU 2.622/2013 – Plenário, sob pena de desclassificação;
- 8.26 Da composição do BDI deverá, sob pena de desclassificação, constar, no mínimo, as seguintes parcelas: 1) Administração Central; 2) Seguros; 3) Riscos e imprevistos; 4) Garantias; 5) Despesas financeiras; 6) Lucro; 7) Tributos
- 8.27 O BDI estimado da Sudam é de 25% (**Apêndice IV**), para a execução de serviços com material incluso, nos exatos moldes do Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário;
- 8.28 Para efeito de valor final da proposta, deverá ser aplicado o desconto no valor estimado, conforme modelo de proposta de proposta (Apêndice V e VI);
- 8.29 Junto com a proposta, o licitante deverá encaminhar a planilha exemplificativa (Apêndice III) com o desconto aplicado demonstrando o seu BDI e desconto.

#### **Exigências de habilitação**

- 8.30 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

- 8.31 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.32 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.33 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.34 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.35 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

- 8.36 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.37 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.38 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 8.39 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.40 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.41 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.42 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.43 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.44 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.45 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.46 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.





MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

**Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.47 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.48 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.49 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.50 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.51 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 8.52 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.53 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.54 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 0,5% do valor total estimado da contratação.
- 8.55 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**Qualificação Técnica**

- 8.56 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições e locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 8.57 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (Apêndice VII);
- 8.58 Declaração, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas





MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
convênios coletivos de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes  
na data de entrega das propostas (Apêndice IX).

### **Habilitação Técnico-Operacional**

- 8.59 Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente (CREA/CAU), em plena validade.
- 8.60 Certidão de Registro da licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), quais sejam, um engenheiro civil, um engenheiro eletricista e um engenheiro de segurança do trabalho, no Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia/CREA (Lei nº 5.194/66) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo/CAU (Lei nº 12.378/2010), com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, emitida pelo CREA/CAU da jurisdição da sede da empresa licitante.
- 8.61 No caso da empresa licitante e/ou dos responsáveis técnicos não serem registrados ou inscritos no CREA ou no CAU do Pará, somente serão exigidos os respectivos vistos no CREA/PA ou CAU/PA na ocasião da assinatura do contrato.
- 8.62 Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.63 Os atestados(s) deve(m) atender às características mínimas listadas a seguir, estando tal exigência limitada às parcelas de maior relevância e valor significativo igual ou superior a 4,0% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, conforme consta na planilha estimativa/exemplificativa e curva ABC (Apêndice III-A), tudo em consonância com o disposto no art. 67, §1º da Lei nº 14.133/2021.
- 8.64 As quantidades mínimas exigidas não ultrapassam o limite de até 50% das parcelas de maior relevância e valor significativo a que se refere o item anterior, em observância ao que dispõe o art. 67, §2º da Lei nº 14.133/2021.
- 8.65 Exigência para fins de atendimento:

Item	Serviço	Und/med	Quantidade mínima exigida
7.2	Porcelanato (polido) - incluindo rejuntamento (Padrão Alto)	m <sup>2</sup>	4000,00
7.7	Blokret sextavado e=10cm (incl. colchão de areia e rejuntamento)	m <sup>2</sup>	2500,00



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

6.2	PAREDE COM SISTEMA EM CHAPAS DE GESSO PARA DRYWALL, USO INTERNO, COM DUAS FACES DUPLAS E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS DUPLAS PARA PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6 M2, COM VÃOS. AF_07/2023_PS	m <sup>2</sup>	1.500,00
-----	--	----------------	----------

- 8.66 Para cumprimento dos itens de habilitação previstos nos itens 8.64, serão admitidos atestados de obra, reforma ou manutenção predial.
- 8.67 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação
- 8.68 Os atestados de capacidade técnico-operacional poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 8.69 Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 8.70 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- 8.71 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu origem ao atestado de capacidade técnica, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos

#### **Habilitação Técnico-Profissional**

- 8.72 A licitante deverá apresentar declaração indicando o nome, CPF, número do registro no CREA ou CAU, do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto deste projeto básico, devendo referir-se a profissional de nível superior com formação em Engenharia Civil ou Arquitetura, Engenharia Elétrica e Segurança do Trabalho que tenha vínculo com a empresa licitante (Apêndice VIII).
- 8.73 A comprovação do vínculo a que se refere o item anterior se fará com a apresentação da cópia de um dos seguintes documentos: contrato social da licitante



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

em que conste o profissional como sócio; carteira de trabalho (CTPS), ficha de registro de empregado ou contrato de prestação de serviço, em que conste a licitante como Contratante; ou, ainda, de declaração de contratação futura do responsável técnico, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

8.74 Atestado(s) de Capacidade Técnica Profissional, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), comprovando que o(s) profissional(is) indicado(s) pela empresa licitante, atuou(aram) como responsável(is) técnico(s) na execução de serviço(s) relativo(s) a serviços de obras, reformas ou manutenção predial, compatíveis com as características, o vulto e a complexidade do objeto da presente licitação, conforme parcelas de maior relevância a seguir.

8.75 Exigência para fins de atendimento:

Item	Serviço	Und/med	Quantidade mínima exigida
7.2	Porcelanato (polido) - incluindo rejuntamento (Padrão Alto)	m <sup>2</sup>	4000,00
7.7	Blokret sextavado e=10cm (incl. colchão de areia e rejuntamento)	m <sup>2</sup>	2500,00
6.2	PAREDE COM SISTEMA EM CHAPAS DE GESSO PARA DRYWALL, USO INTERNO, COM DUAS FACES DUPLAS E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS DUPLAS PARA PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6 M2, COM VÃOS. AF_07/2023_PS	m <sup>2</sup>	1500,00

8.76 O(s) profissional(is) indicado(s) pela licitante deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.77 Para cumprimento dos itens de habilitação previstos nos itens 8.74 serão admitidos atestados de obra, reforma ou manutenção predial.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

## **9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ **R\$ 26.217.972,00**, conforme quadro do item 1 deste termo de referência.

## **10 PROJETO EXECUTIVO.**

10.1 A elaboração do projeto executivo será incluída como encargo do contratado, na forma do disposto no § 4º do art. 14 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

Belém /PA, 11 de abril de 2025.

FABIO AUGUSTO SILVA MACHADO  
Engenheiro  
CREA Nº13966 D